

Sobre Liberdades Tolhidas: Juventude, Vulnerabilidades e a Comunidade de Conversação

About Figurative Freedoms: Youth, Vulnerabilities and the
Conversation Community

Recebido em 12/11/2008; Aceito em 14/03/2009

Vera Lucia Morselli¹

Universidade Católica de Goiás/Departamento de Psicologia

Marcos Antonio da Silva²

Universidade Católica de Goiás/Departamento de Educação

Fábio Pereira Alves³

Universidade Católica de Goiás/Programa “Em Nome da Vida”

Resumo

Trata do relato sobre a atuação da equipe do Programa em Nome da Vida (PNV), no Centro de Atendimento Sócio Educativo (CASE). O PNV lida com um segmento composto de jovens cuja história, hipoteticamente, poderia ser a de qualquer outro que se depara nas escolas, na vizinhança e em diferentes contextos comunitários. Mas, a diferença é que aqueles já haviam ultrapassado a linha da transgressão. Adicional ao rótulo a lhes acompanhar em todos os desdobramentos a que estão envolvidos em sua trajetória de vulnerabilidade, tem a situação agravada devido à privação de liberdade a que estão submetidos, uma vez que cumprem medidas sócio-educativas julgadas. No decorrer da atuação, utilizou-se uma alternativa metodológica denominada Comunidade de Conversação que, em síntese, promove o direito *à vez, à voz e à escuta* - recurso alternativo para orientar o trabalho. Os principais desdobramentos ocorridos, em seis meses de atuação, que ainda se encontra em andamento, constituem o fundamento para demonstrar como se dá a imbricação entre ser jovem (submetido a vulnerabilidades e tolhido da liberdade) e integrar um espaço conversacional que lhe permite *a fala, a escuta e a vez* - talvez a primeira - em *ser*.

Palavras-Chave: juventude, vulnerabilidade social, comunidade de conversação.

¹ Psicóloga, Mestranda em Ciências Ambientais e Saúde, professora do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás, coordenadora do Programa Em Nome da Vida, Goiânia-Goiás. vmorselli@uol.com.br

² Sociólogo, Doutor em Educação, professor do Departamento de Educação da Universidade Católica de Goiás, membro do Programa Em Nome da Vida, Goiânia-Goiás. marcos.edu@ucg.br

³ Psicólogo, Mestre em Psicologia Clínica. Colaborador do Programa “Em Nome da Vida”, Goiânia-Goiás, fabiopsi@uol.com.br

Abstract

It talks of the performance of the team of the Program “On Behalf of Life” (PNV), in the Center of Social-Educational Service (CASE). PNV deals with a segment composed of youths whose history, hypothetically, could be of the one of any other youth that you may come across at schools, in the neighborhood and in different community contexts. However, the difference is that those had already gone over the transgression line. In addition to the label which will be present in all the paths where they are involved in their vulnerability trajectory, the situation worsened due to privation of freedom they are submitted to, once they comply to judged social-educational measures. During the process, an alternative methodology denominated Conversation Community was used, that, in synthesis, promotes the right to *turn*, to *speech* and to *listening* – an alternative resource to guide the work. The main occurrences, in six months of performance, which still finds itself in process, constitute of the foundation to demonstrate how to feel the imbrications between being young (submitted to vulnerabilities and hindered of the freedom) and to integrate a conversational space that allows them the speech, listening and turn - maybe the first - in *being*.

Key words: youth, social vulnerability, conversation community.

Introdução

Durante seis meses, em 2008, a equipe do Programa de Extensão *Em Nome da Vida* (PNV), vinculado à Coordenação de Estágio e Extensão, órgão que integra a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX), da Universidade Católica de Goiás (UCG), desenvolveu um trabalho de grupo com adolescentes e familiares no Centro de Atendimento Sócio-Educativo (CASE), do Estado de Goiás. E, decorrente desta experiência é que as questões se apresentam, por se tratar de um grupo em situação de vulnerabilidade social (são jovens e familiares marcados, em suas histórias de vida, por estigma da violência e por integrar famílias que vivem em desordem).

Os adolescentes, em sua maioria do sexo masculino, que participam do grupo encontram-se internados, sob medida de liberdade tolhida. Tal medida tem por finalidade compor uma situação educacional, cujo objetivo não é a punição, e corresponde a uma tentativa de reinserção social, com o fortalecimento dos vínculos familiares e dos laços sociais e comunitários. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 2003) em consonância com a Constituição Federal (art. 228) estabelece que os adolescentes maiores de 12 e menores de 18 anos são plenamente inimputáveis, ou seja, não são plenamente capazes civilmente ou penalmente de responder pelos seus atos, por isso é aplicada a medida sócio-educativa. Para a

justiça penal, no caso dos adolescentes em questão, os menores não cometem crime, cometem infração.

Portanto, as unidades de internação têm por finalidade, de acordo com o ECA, enfatizar os aspectos pedagógicos ao invés de punitivos. Neste sentido, a educação constitui a base para a reinserção deste adolescente à sociedade, na perspectiva de possibilitar claramente os direitos à convivência familiar e comunitária, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer e demais direitos universalizados, conforme assinala Volpi (2001).

A atuação ocorre na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, sob o enfoque sistêmico, e com o emprego da metodologia da *Comunidade de Conversação*, uma alternativa metodológica construída pela equipe do PNV, com o objetivo de investigar a percepção dos internos em relação a sua condição de vulnerabilidade social, evidenciando fatores de proteção e risco construídos através das relações, e as perspectivas de sua superação. A intenção da atuação visa, primordialmente, possibilitar a ressignificação dos vínculos familiares, com o eixo em vivências que possibilitem apoderarem-se de mecanismos que promovam a auto-identificação e a superação das condições adversas.

A equipe do PNV, ao longo dos últimos quatro anos, desenvolve a metodologia *Comunidade de Conversação*, centrada na atuação comunitária e em seu objetivo de valorizar a vida, reduzir os fatores de risco e os danos recorrentes da vulnerabilidade social. Isto se faz por meio da promoção da prevenção e da educação, estimulando uma mentalidade de preservação e de qualidade da saúde em geral. Seu trabalho embasa-se no pensamento sistêmico novo-paradigmático, que ultrapassa a visão tradicional de se fazer ciência e baseia-se em três pressupostos ou eixos: a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade.

O primeiro pressuposto corresponde ao nível de complexidade, e reconhece que a simplificação obscurece as inter-relações existentes entre todos os aspectos que compõem os vínculos familiares, portanto, é necessário contextualizar os fenômenos para entendê-los. O segundo, a instabilidade, admite o mundo em processo de construção, ao considerar a indeterminação, a imprevisibilidade e o controle dos fenômenos. O terceiro consiste no reconhecimento da não existência de uma realidade absoluta, verdadeira e única. Ao se relacionar estes três elementos, tem-se o decorrente conhecimento científico construído socialmente por diferentes sujeitos, que resulta em múltiplas versões da realidade, conforme bem assinala Vasconcellos (2002).

O Pensamento Sistêmico amplia a visão sobre o fenômeno e o percebe como um todo, inserido em um sistema que se interliga a outros sistemas, e não voltado apenas para o problema nele mesmo. Portanto, descrevem-se os fatos utilizando o verbo *estar*, que caracteriza o processo de constante transformação da realidade. A noção de sistema, presente na terapia familiar e nos grupos multifamiliares, implica em interação, em organização, ações que ocorrem e mantêm a dada estrutura (Costa, 2003).

Decorrentemente, o comportamento de uma pessoa afeta e é afetado pelo comportamento de outra; o problema é constituído por todos os envolvidos na situação. Trata-se de uma abordagem interativa porque enfatiza a relação, o processo e o contexto (Barreto, 2005; Aun, 2006). E, conforme se processa a atuação, permite o resgate da convivência harmoniosa, o viver humano que decorre de conversações, em que o ato de falar, ao mesmo tempo, promove a emergência dos conflitos e a condição de entendê-los e ultrapassá-los. Através da *Comunidade de Conversação*, o profissional utiliza habilmente a linguagem e a escuta, gerando outras conversações que favorecem mudanças estruturais no sistema que está caracterizado pelo sofrimento e infelicidade (Aun, Coelho & Vasconcellos, 2007; Alves, Silva & Morselli, 2008).

As situações de exclusão promovem limitações aos direitos e as necessidades básicas, e se expressam nas desfavoráveis condições socioeconômicas, propícias a contextos de vulnerabilidade social, quer em relação à marginalidade, quer em termos de propiciar a infração e estados delinquentes. Este quadro de vulnerabilidade indica risco, fragilidade ou possibilidade de dano referente às potencialidades e na capacidade de resposta em relação às situações adversas (Cunningham, 2007). Em relação ao adolescente, amplia a situação de exclusão e pobreza, e isto promove o desencadear de outros comportamentos de risco, tais como: a repetição escolar, o abandono da escola, a ociosidade, o uso indevido de drogas, a violência, a iniciação sexual precoce e as práticas sexuais arriscadas, conforme frisa a autora.

O lar, como espaço de proteção, pode transformar-se em uma arena, onde as dificuldades são confrontadas, porque a privação de direitos afeta todos os membros e pode gerar a baixa auto-estima e a descrença de si mesmo (Gomes & Pereira, 2005). Os riscos têm repercussão maior nessas famílias, pois as mesmas enfrentam crises múltiplas diariamente, dentre estas: as separações conjugais, o desemprego, o abandono de moradia, enfim, condições socioeconômicas escassas e turbulentas que alimentam a criminalidade (Luchi, 2003).

A vulnerabilidade decorre do processo multidimensional que promove o risco; ou, à probabilidade de uma pessoa, um lugar ou uma comunidade de serem feridos, machucados ou danificados frente às mudanças do contexto onde se situam, ou em decorrência de suas próprias limitações. Neste sentido, as pessoas são afetadas em diferentes níveis de seu bem-estar, de diferentes formas e intensidades (Busso, 2001, Gómez, 2001, Villa, 2001, citados por Alves et al., 2008).

O ECA, no artigo 103, reconhece o ato infracional como conduta prescrita em lei, como contravenção ou crime. Por seu turno, Volpi (2008) afirma que o adolescente infrator consiste naquele que infringe as normas jurídicas, enquanto que o delinqüente é a condição que se apresenta como estigma. Portanto, este Estatuto reconhece adolescentes que cometem atos infracionais como sujeitos de direitos e atribuí condições mínimas para sua inserção na sociedade, mas sem desconsiderar a natureza jurídica de punição, denominada de medidas sócio-educativas. A medida de internação (privação de liberdade), neste sentido, constitui o mais severo estado de punição e se aplica aos atos infracionais graves, mantida a sua finalidade pedagógica, na esperada reintegração do jovem em seu ambiente social, como fator de desenvolvimento pessoal no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Neste caso, tem-se a atuação com a comunidade como fator de estímulo à autonomia e ao crescimento, na direção de que os recursos surgem deste segmento. Entende-se que se deve sair da carência e ressaltar a competência, deixar a verticalidade das relações e observá-las horizontalmente, na possibilidade de confiar no potencial de cada um, portanto, enfatizando o trabalho grupal, que implica romper o sentido de clientelismo para atingir o patamar da cidadania. Reconhece-se que o enfrentamento do problema não se reduz à única responsabilidade do indivíduo, mas compartilhado pela comunidade. Deixar a dependência, se tornar autônomo e co-responsável significa delegar ao grupo a co-autoria das decisões e exercer a condição cidadã na reivindicação pela criação de políticas públicas (Barreto, 2005).

Nesta relação, o profissional não realiza diagnóstico, nem intervém, mas atua como observador participante e estabelece uma relação de parceria. Ele trabalha com quem está disponível e queira trabalhar em conjunto, na criação de vínculos, através de uma rede social que mobiliza o relacionamento natural dos envolvidos; uma rede de solidariedade entre pessoas no pressuposto do potencial que elas possuem para compartilhar os problemas para as soluções em comum (Costa, 2003).

Neste sentido, a equipe do PNV deixa a posição de tão somente observadora e assume também a de participante no processo de atendimento à comunidade através da metodologia *Comunidade de Conversação*. Ao promover um espaço de trocas de experiências em que os participantes têm *vez e voz* e podem identificar e atribuir significados às condições vivenciadas. Em conjunto, as pessoas constroem possibilidades viáveis para solucionar os problemas que emergem no grupo (Alves et al., 2008). Este é o suporte que norteia a atuação do Programa.

Procedimentos Metodológicos

A atividade transcorre na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, caracterizada pelo pensamento contextual, processual e relacional (enfoque sistêmico novo-paradigmático) e considera as redes sociais. Nos grupos, emprega-se a metodologia desenvolvida pela Equipe Técnica do PNV, denominada de *Comunidade de Conversação*, que possibilita aos envolvidos no processo (pesquisadores e pesquisados) serem sujeitos ativos na produção coletiva do conhecimento.

A comunidade de conversação constitui uma metodologia aberta, mas com o estabelecimento de um ciclo de início, meio e fim a cada encontro. Embora, com uma rotatividade de familiares e internos, pois alguns fatores dificultavam a assiduidade dos participantes (residência em cidades do interior, horário de visita em horário comercial, por exemplo), a atividade não sofre solução de descontinuidade. Ao final de cada encontro, a equipe do PNV, junto com os profissionais da instituição que participam do encontro, faz uma reunião para expressar seus sentimentos, suas impressões e refletir sobre o desenvolvimento do trabalho.

O trabalho foi uma demanda dos profissionais que atuam no CASE e que perceberam a importância de uma atuação junto às famílias e não se sentiam capacitados para este tipo de ação. Ao tomarem conhecimento do trabalho desenvolvido pela equipe do PNV, entraram em contato com a coordenadora do Programa e questionaram a possibilidade de se estabelecer uma parceria. A equipe do PNV é composta pela coordenadora do programa e supervisora de estágio, dois psicólogos, sendo um vinculado ao programa e o outro convidado, mais cinco estagiárias do curso de Psicologia, e alguns profissionais que trabalham na instituição, os adolescentes internos e seus familiares.

O número de participantes na comunidade de conversação oscila a cada encontro,

girando em torno de 15 pessoas, com idades variadas (até 60 anos), com nível de escolaridade diferenciada, desde o analfabetismo até o nível superior completo. Os internos e seus familiares, de modo geral, se caracterizam como pessoas que integram um contexto de baixa renda. Os encontros se realizam quinzenalmente, às sextas-feiras, no período vespertino, no refeitório da instituição por dispor de espaço físico amplo e arejado, com cadeiras dispostas em círculo, e por garantir a privacidade das informações. A duração do encontro é, em média, de uma hora e trinta minutos, realizado quinzenalmente nos dias de visita dos pais e demais familiares.

Nesses encontros, internos e familiares têm a oportunidade de relatar suas histórias de vida, dizer sobre expectativas, tristezas, angústias e esperanças, enfim, expressar seus sentimentos e suas idéias, sem que estes sofram qualquer instância de juízo de valores. No início de cada encontro, realizam-se vivências para facilitar a conversação e promover trocas de experiências, expectativas, medos e anseios, ao suscitar temas vinculados ao contexto que as famílias vivem. A fala e a presença não são impostas: cada membro se dispõe a compartilhar se assim deseja fazê-lo.

Resultados e Discussão

Questões que determinam a origem econômica e a inserção social e cultural dos participantes em seus contextos de vida, inclusive os decorrentes atos de infração, mais os dados que caracterizam o perfil dos jovens (faixa etária, sexo, nível de escolaridade, entre outros), constituíram informações que não deixaram de ser consideradas no universo da atuação. Estas, associadas aos muitos depoimentos que afloravam no processo da atividade, tais como: “minhas amizades sempre era dura, de má influência”; “todo mundo suspeitava de mim, eu que andava com pessoas de má influência, eu era uma pessoa de má influência pra todo mundo”; “eu sempre trabalhei muito, comecei a trabalhar cedo larguei os estudos pra ir trabalhar”, estabeleceram o desenho que norteou a atuação da equipe.

Percebe-se que a situação de vulnerabilidade que ocasionou as situações caracterizadas como infracionais estão presentes a todo o momento, mesmo que velada, passando pelas amizades que detêm a prática de atos ilícitos, ausência de espaços de lazer e/ou lazer restrito a ambientes violentos e perigosos, famílias constituídas por vínculos frágeis, dentre outros. Muitos começaram a trabalhar cedo para manter suas despesas pessoais, deixaram a escola e

permaneciam pouco tempo com a família.

Sobre os estigmas a que são sujeitados, levantava-se continuamente o seu questionamento, pelo fato de serem oriundos de um contexto de marginalização social por pertencerem à classe economicamente desfavorecida e, desse modo, rotulados como “trombadinhas”, “malas”, “drogados”, dentre outros termos. Não tinham espaço ou oportunidades e eram submetidos a deméritos e severos estereótipos.

Os adolescentes, em suas participações na *comunidade de conversação*, relataram vivências de momentos prazerosos com a família e, principalmente, com os irmãos. Apesar das vulnerabilidades, a infância traz lembranças agradáveis, de cumplicidade e de alegria, principalmente, quando a temática são as brincadeiras fraternas: “Eu e meu irmão, nós brincava muito”; “Eu gosto de ter irmão porque eu jogo futebol, vídeo game, gosto de jogar bola, mulher gosta de brincar de boneca, ta doido”; “Brincava muitas vezes, jogava bola, agente ia muito no campo jogar”. A unanimidade reserva-se ao futebol, pois, como já foi citado, o número de jovens do sexo masculino predomina nos encontros.

Em uma das vivências na *comunidade de conversação* solicitou-se que desenhassem um coração e representassem, através do desenho ou da escrita, o que tinha sido significativo na infância. Nas falas sobre suas representações gráficas, em unanimidade, trouxeram a figura fraterna, o que evidencia a relação entre irmãos como algo potencializador de sua rede de apoio, usualmente tão precária. Eles referem-se a seus irmãos, apesar de alguns não comparecerem, com frequência, nos dias de visitas, como presentes em suas lembranças, e os trazem nas verbalizações.

As transações emocionais estão presentes no contexto familiar, onde acontece o processo de aprendizagem e resolução de conflitos, proporcionando novas experiências para as relações fora desse ambiente (Minuchin, 1990). Em relação à situação presente, foram expressos sentimentos de rejeição e necessidade de aceitação e de reconhecimento, tanto pelos pais, como pelos irmãos. Aceitação e de reconhecimento são valores para a construção da autoestima e contribuem para sua representação no mundo. Na realidade dos jovens participantes, essa confirmação de “ser no mundo” e de reconhecimento são aspectos quase que inexistentes. A busca permanente de ser reconhecido é direcionada para o ato infracional, já que no contexto familiar o jovem em conflito com a lei é visto como o “problemático sem causa” e merecedor de “cuidados”, pois ele representa a “ovelha negra” da família.

Na *comunidade de conversação*, a equipe desenvolveu o seu papel de facilitador/mediador quando alguns familiares se referiram aos adolescentes como “esse aqui”, ao questionar a auto-estima, a confirmação da pessoa como sujeito, e como ela se sentia sendo chamada de “coisa”, e não pelo nome. Como os vínculos foram construídos e se mantinham se o nome não tem representatividade? Segundo Bucher-Maluschke (2004), a aceitação do outro ocorre quando ele é percebido como sujeito e não como um objeto, pois nossas vivências afetivas surgem através de nossas experiências vividas e se organizam através da relação com o outro.

Observou-se nas falas a condição de alguns pais que não conseguem discutir limite com os filhos e, desse modo, possibilitavam que eles se sentissem em estado de abandono. Independente de uma jornada longa de trabalho e remuneração baixa, a falta vai além da presença física e das questões materiais. A ausência de limites é marcante na realidade desses jovens, e ao se perguntar o que entendiam por lei tiveram dificuldades em responder. Eles acreditavam que a lei era construída por eles, e só depois do advento da internação tiveram alguma noção do que ela realmente representa; só sabem que a lei é “algo” que existe somente com a presença de uma autoridade policial e por isso deve ser cumprida. Na fala dos internos, a lei é algo externo e distante deles, e que os impede de fazer suas vontades. Antes de estarem no CASE, não tinham quem os impedisse de fazer o que desejavam e os limites eram frágeis e inexistentes.

O ambiente familiar, segundo Bucher-Maluschke (2007), é o espaço onde as regras são interiorizadas para depois serem usadas nas relações sociais. Portanto, é primordial que a cultura familiar contribua para sua internalização. De acordo com Menin (2005), citando os estudos de Tapp (1991) e Tapp e Kohlberg (1971), sobre a representação de justiça com adolescentes em conflito com a lei, as leis são percebidas como ordens a serem obedecidas, exteriores a sua realidade. São vistas como barreiras, empecilhos, e não há uma conotação internalizada que elas se fazem necessárias na vida em sociedade.

A metodologia *Comunidade de Conversação* remete a olhar a delinquência não somente como um ato infracional, mas percebido como complexo nas relações em que o jovem infrator vive. Este traz coisas boas vivenciadas em alguns momentos de sua vida, e, portanto, é necessário que ele e sua família encontrem apoio e suporte para mudanças. Antes de se ver a

figura do infrator, deve-se lembrar que são pessoas, seres humanos repletos de sentimentos, de emoções e de valores. Evidencia-se que ocorre um ciclo vicioso nos relatos dos familiares: da ausência de cuidados, a perspectiva de alguns jovens enxergarem somente as derrotas e os aspectos negativos em suas trajetórias de vida.

A família, cujos progenitores possuem amarguras em suas falas, que são carentes de afeto e cuidados, pode servir como apoio a esses adolescentes? Existe o cuidado e a responsabilidade afetiva? O compromisso e o cuidado se restringem às visitas semanais? Kehl (2003) defende a idéia de que não é apenas a falta de amor que dificulta a relação, mas a falta de responsabilidade dos pais que deixam os filhos em estado de abandono, ou seja, a invisibilidade social inicia-se nas primeiras relações do indivíduo.

Constatou-se que as famílias dos internos advêm de um contexto de exclusão, que propícia o ciclo vicioso de carência e violência, de falta e de falta do cuidar. Em que medida os serviços da rede pública oferecem suporte para ajudar essas famílias? Fica o compromisso dos profissionais envolvidos com o trabalho comunitário para oferecer suporte às redes públicas, voltando sua atenção às vulnerabilidades sociais no contexto de exclusão. Aqueles não devem restringir sua atuação profissional somente em atendimentos individuais e em consultórios fechados, porque é preciso se envolver e considerar a complexidade das mudanças naquilo que o mundo globalizado traz e afeta os relacionamentos familiares.

Considerações Finais

Investigar e refletir sobre a relação entre adolescentes, família, Instituição que os contém e os profissionais que com eles lidam em situação de cumprimento de medidas sócio-educativas, todos visivelmente em situação de vulnerabilidade social, remete a mais questionamentos do que a conclusões. Implica em reconhecer que o saber científico não pode se reduzir a relatos de experiências, ainda mais quando se constrói em reciprocidade entre saberes acadêmicos e os da comunidade. Este estudo, decorrente da atividade de intervenção, levanta uma série de aspectos que vão para além do contexto em que se realizou, porque abrange uma rede que está interligada e clama pela valorização e compreensão de que ensino, pesquisa e extensão entrelaçam-se e não devem se constituir somente em discurso pelas instituições que deles lançam mão.

É preciso reconhecer, nos adolescentes em conflito com a lei, não apenas elementos que apontam para a condição de ser agressor, de ser portador de atitudes bizarras e, portanto, deixados distantes da sociedade *legal*. Tampouco se deve pactuar com a idéia de que mantê-los internos é a solução definitiva. Porque, antes de tudo, estes são sujeitos, seres humanos que em algum momento da vida tornaram-se infratores; não nasceram para ser delinquentes, e os atos infracionais resultam de condições decorrentes de vulnerabilidades a que foram submetidos. Antes dos estigmas, de todos os rótulos a eles atribuídos, se constituem em sujeitos de sentimentos, de desejos, de anseios, de medos e de vontades, somente aflorados se permitidos.

A equipe, ao pontuar aspectos trazidos pelos participantes referentes às relações estabelecidas entre os familiares, possibilitou a percepção de que vulnerabilidade e atos de infração, representados em uma trajetória que gera violência, vinculam-se à ausência de afeto e cuidados e, portanto, favorecem a fragilidade das redes de relações familiares.

Ressalta-se que decorrente da atuação da equipe, no primeiro semestre de 2008, existem desdobramentos, e o principal consta de depoimentos da equipe de profissionais do CASE ao assinalar mudanças nos comportamentos dos internos expressos em sua contínua mobilização na participação das atividades propostas pelo PNV. Outra decorre da solicitação para que se realize um Curso de Capacitação, pela equipe do PNV, dirigido aos que atuam no CASE, no sentido de aprimorar o trabalho realizado e, concomitantemente, subsidiar o apoio e a produção científica.

Há carências plenamente identificadas relativas ao quadro de pessoal, recursos financeiros, estabilidade empregatícia para desenvolver as atividades e de postura técnico-científica para atuar. Estas requerem a construção de políticas públicas, mudança nas percepções da sociedade civil e na ação política. Trata-se de uma mudança paradigmática e não apenas na dimensão programática, como muitos querem, para atentar ao modelo de sistema vigente. Este impacta o modo de vida “adequado”, baseado em um modelo questionável de família e de padrões de juventude, em contexto de pobreza. Necessita-se rever as dimensões de responsabilidade social e ampliar a visão do trabalho comunitário, para adiante do assistencialismo.

Portanto, que a sociedade que nos contém na atualidade venha consubstanciar políticas sociais efetivas que trabalhem a dimensão de educação e prevenção necessária para evitar a existência de asilos e quebrar a concepção de que é somente na violência realizada que se cria a

estrutura para *reinsserir* o que sempre esteve *fora*. Para muitos, foi preciso estar posto à margem para ser percebido e, somente aí, ter a possibilidade de desfrutar de abrigo, saúde e educação, enfim integrar um rol de ser mais um *alguém*, quando nunca pode ter sido.

Referências Bibliográficas

- Alves, F. P., Silva, M. A., & Morselli, V. L. (2008). Metodologia Alternativa en el tratamiento de las familias alcoholistas: vulnerabilidades y recursos. Em: A. Trimboli, J. C. Fantin, S. Raggi, P. Fridman, E. Grande & G. Bertran (Orgs.). *Modernidad, tecnología y síntomas contemporáneos: perspectivas clínicas, políticas, sociales y filosóficas* (pp. 56-58). Buenos Aires, Argentina: AASM.
- Aun, J. G. (2006). Da Terapia de Família ao Atendimento Sistêmico à Família. Em J. G. Aun, S. V. Coelho & M. J. E. Vasconcellos (orgs.). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais I. Fundamentos teóricos e epistemológicos* (pp. 16-57). Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa.
- Aun, J. G., Coelho, S. V., & Vasconcellos, M. J. E. (2007). *Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais*. Belo Horizonte: Oficina Arte & Prosa.
- Barreto, A. P. (2005). *Terapia comunitária passo a passo*. Fortaleza: Gráfica LCR.
- BRASIL (2003). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 4ª Ed. rev. e atual. Brasília, Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Bucher-Maluschke, J. S. N. F. (2004). *Vínculo, afetividade e violência: Desafios para a Família e a Sociedade*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.
- _____. (2007). Lei, Transgressões, Famílias e Instituições: Elementos para uma Reflexão Sistêmica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, especial: 83-87.
- Costa, L. F. (2003). *E quando acaba em Malmequer?* Brasília: Editora Universa.
- Cunningham, W. (2007). *Estudo sobre Jovens em situação de risco no Brasil*, Vol. 1. Brasília, DF: Banco Mundial.
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (2): 357-363.
- Kehl, M. R. (2003). Existe uma função fraterna? Em M. R. Kehl (org.), *Função Fraterna* (pp. 31-47). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Luchi, T. O. (2003). Técnicas de trabalho com famílias pobres. *Nova perspectiva sistêmica*, 12 (21): 44-57.

Menin, M. S. S. (2005). *Representações sociais de lei, crime e justiça em adolescentes*. São Paulo: Fapesp.

Minuchin, S. (1990). *Família, funcionamento & tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papyrus.

Volpi, M. (2001). *Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente*. São Paulo: Cortez.

_____ (2008). A implementação das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em M. Volpi (org.). *O adolescente e o ato infracional* (pp. 11-44). São Paulo: Cortez.